

## PROFESSORES AMEAÇADOS:

- 1- Reitor recua da defesa do Acordo Interno de Trabalho
- 2- Fundação corta horas administrativas da APROPUC

No dia 28/5, a diretoria da APROPUC realizou uma reunião com o reitor Dirceu de Mello solicitando que as negociações em torno do Acordo Interno fossem retomadas. O professor Dirceu mostrou-se sensível às reivindicações da categoria, adiantando que daria apoio às reivindicações docentes, encaminhando a realização de uma reunião com os Secretários-Executivos para que o impasse fosse solucionado.

No entanto, passados quase quatro meses a reunião ainda não foi agendada e, pior ainda, na última semana o reitor declarou ao *PUCviva* que acreditava que a Convenção do Sinpro-SP assegura aos professores da PUC-SP iguais direitos que os consagrados pelo Acordo Interno e que os casos omissos devem ser levados ao Conselho Superior de Administração (Consad)

Na reunião de maio, o reitor também solicitava que a diretoria da APROPUC encaminhasse um relatório discriminando as possíveis diferenças entre os dois acordos para even-

tuais estudos. A APROPUC enviou esse relatório (cuja íntegra publicamos em nossa edição 747 e agora reproduzimos os principais pontos).

Este recuo do reitor soma-se aos ataques que vêm sendo perpetrados contra a APROPUC pela Fundação São Paulo, que mantém as tabelas diferenciadas para professores iniciantes ou que ascendem na carreira, perpetua a maximização dos contratos de trabalho e oferece aos docentes propostas humilhantes para pagamento da dívida salarial.

### CORTE DAS HORAS ADMINISTRATIVAS

Outro ataque refere-se ao corte das horas administrativas da APROPUC. Sem aviso prévio, a Fundação cortou de maneira unilateral a alocação dessas horas na folha de pagamento.

Vale dizer que as horas da APROPUC são pagas pela própria entidade, não acarretando nenhum ônus à instituição, constando em folha unicamente como garantia trabalhista aos di-

PRINCIPAIS PERDAS DOS PROFESSORES COM A NÃO ASSINATURA DO ACORDO INTERNO
<b>REGIME CONTRATUAL:</b> No Acordo Interno o contrato é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial e deve ser estabelecido por prazo indeterminado. Esta cláusula não consta da Convenção Sinpro.
<b>ADICIONAL TEMPO DE SERVIÇO:</b> 5% a cada 5 anos trabalhados até o máximo de 15 anos. Não consta da Convenção Sinpro
<b>GARANTIA AO PROFESSOR EM VIAS DE APOSENTADORIA:</b> Ao Professor que estiver no máximo a 36 meses da aquisição do direito à aposentadoria, especial ou não, e que contar com o mínimo de 5 anos de trabalho na FUNDASP fica garantida a estabilidade no emprego. Na Convenção este prazo é de 24 meses.
<b>BOLSAS DE ESTUDO:</b> O Acordo Interno garante bolsas para o professor, seus filhos ou dependentes, para cursos de graduação, pós-graduação e Cogeae, na base de duas gratuidades concomitantes na Graduação, Pós e Cogeae. Na Convenção Coletiva existe limite de 25 anos para o dependente e as dependências serão pagas pelo bolsista.
Diferentemente do Acordo Interno da PUC-SP, a Convenção Coletiva NÃO prevê <b>LICENÇA ACADÊMICA PARA QUALIFICAÇÃO NO EXTERIOR; LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA; LICENÇA POR DOENÇA DE FILHOS E CÔNJUGE; LICENÇA PARA FUNÇÃO PÚBLICA.</b>
<b>DIRETORIA DA APROPUC:</b> terá estabilidade no emprego durante 2 anos de mandato. Fica assegurada à diretoria da APROPUC até 40 horas de licença sem vencimentos distribuídas entre os diretores. A remuneração e os encargos pagos aos diretores da APROPUC serão reembolsados pela associação à Fundasp. Na Convenção estes direitos não são reconhecidos.
<b>PROFESSOR SUBSTITUTO:</b> Ficam garantidos entre outros: Benefício da gratuidade previsto na cláusula 22 do presente acordo interno, restrito ao período do contrato de substituição; participação em processos de seleção para outras substituições, dentro do limite da carga horária máxima (40 horas). Na Convenção esta cláusula não é contemplada.
<small>As cláusulas de Auxílio doença e Auxílio escola foram garantidas temporariamente pelo Consad. Veja a íntegra das perdas dos professores na edição 747 do PUCviva no link <a href="http://www.apropucsp.org.br/apropuc/images/stories/puc_viva_747.pdf">http://www.apropucsp.org.br/apropuc/images/stories/puc_viva_747.pdf</a></small>

retores da entidade. Essas retaliações deixam bem claro que o alvo dos gestores é a própria representação da categoria, que sempre foi respeitada nestes quase 35 anos de APROPUC pelas seguidas gestões de reitores e Secretários-Executivos da Fundação São Paulo.

Por tudo isso é que reclamamos os professores para que junto com os estudantes e funcionários compareçam à Audiência Pública que acontece no TUCA, 14/9, às 19h, para que cobremos dos gestores o respeito pelas nossas condições de ensino e trabalho.

**TODOS À AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
Pela imediata assinatura do Acordo Interno de Trabalho  
14/9 - terça-feira - 19h - Tuca

# Uma decisão antiuniversitária e desumana

A APROPUC destina o equivalente a 40 horas contratuais a serem distribuídas entre alguns/mas participantes de sua diretoria. Esta é uma condição mínima para que a Associação desempenhe atividades que estão imbricadas com avanços trabalhistas históricos e diversas conquistas acadêmicas. Esclareça-se que estas horas, inclusive os encargos trabalhistas, são integralmente cobertas pela própria Associação, cabendo à PUC-SP, por meio do RH, apenas o repasse do pagamento, sob forma de salário docente. Maiores detalhes podem ser lidos na cláusula 36 do Acordo Interno de Trabalho da APROPUC com a FUNDASP.

Esta prática expressa o reconhecimento de um direito à representação trabalhista que, independentemente de estar inscrito em lei, é consagrado por todos os que já descobriram que democracia sem mínimas condições de participação para quem trabalha, ou seja, restrita aos patrões, é uma contradição em termos.

Os que mandam nesta universidade decidiram suspender abruptamente o repasse desse pagamento. Sequer um telefonema, uma conversa, um exame conjunto da situação. Apenas a alegação despropositada de que, sem o Acordo Interno, não cabe prosseguir com a transferência. Basta mencionar que esta foi realizada, mesmo sem o Acordo, ao longo do primeiro semestre.

Também surpreende a desumanidade deste puro ato de força que - involuntária, mas significativa ironia - nos foi comu-

nicado pela gerência de Recursos Humanos. Ele mexe no contrato de trabalho dos atingidos, insere-os em dois regimes salariais (com implicações indiscerníveis quanto a FGTS, aposentadoria e tributação) e inferniza o cotidiano de quem depende de seu salário, tem problemas de saúde, contas a serem pagas e gente para sustentar. Isto não se faz!

Objetivamente, criam-se mais empecilhos ao diálogo com a APROPUC, que resiste a uma política que considera prejudicial aos professores e à manutenção da qualidade da PUC-SP, política que - sejamos claros - não conta, sob diversos e fundamentais aspectos, com a aprovação de amplos contingentes dos que aqui trabalham e estudam.

A APROPUC tem um nome a zelar. Como ocorreu por diversas vezes, sua diretoria pode não agradar a representantes da FUNDASP, mas não é para isto que existe. Assim como as anteriores, a atual diretoria orgulha-se ter sido democraticamente eleita, inclusive para negociar, mais uma vez, o Acordo Interno de Trabalho. Desprovida de qualquer capacidade coercitiva, é o que tenta fazer, sem jamais apostar em impasses.

Não vamos tapar o sol com a peneira e fingir desperceber a gravidade desta situação. É o que também esperamos de todas as forças vivas desta universidade.

Pela imediata revogação desta medida que em nada contribui para uma negociação aberta e autêntica.

**Diretoria da APROPUC**

## Abaixo-assinado defende assinatura do Acordo Interno

A APROPUC está lançando um abaixo-assinado em defesa da assinatura imediata do Acordo Interno. O texto lembra que o Acordo foi uma conquista dos professores em tempos de resistência à ditadura militar, avançando nas conquistas sociais que só mais tarde seriam consagradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao lado publicamos o texto do abaixo-assinado.

As adesões ao texto podem ser feitas através do site da entidade, no endereço [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br), ou ainda nos diversos departamentos da universidade ou na própria sede da APROPUC.

### *Abaixo-assinado dos professores da PUC-SP Pela assinatura do Acordo Interno de Trabalho*

Aos secretários da Fundação São Paulo, Pe. José Rodolpho Perazzolo e Pe. João Júlio Farias Júnior

A PUC-SP foi um espaço de resistência à ditadura militar e, mesmo após este regime de triste memória, prosseguiu na construção de uma universidade com condições de ensino e de trabalho de seu corpo docente que se diferenciam de outras instituições. Os Acordos Internos Coletivos de Trabalho são constitutivos deste processo que transformou esta universidade em referên-

cia nacional e internacional.

Dentre as importantes conquistas que no momento encontram-se suspensas e ameaçadas de extinção pela ausência do Acordo Interno, mencionamos a garantia de contrato por tempo indeterminado e a relação direta de emprego; bolsas de estudo para os filhos de docentes; adicional por tempo de serviço; licença para qualificação acadêmica; complementação salarial por acidente ou doença; despesas de transporte e alimentação para o campus de Barueri; e reconhecimento no Contrato de Trabalho de 40 horas pagas pela

entidade aos diretores da APROPUC.

Julgando desnecessário insistir no quanto este quadro prejudica o corpo docente e produz enorme insegurança em relação ao futuro desta universidade, construída com o empenho e a dedicação dos que aqui trabalham e estudam, nós, abaixo-assinados, professores da PUC-SP, solicitamos a imediata assinatura do Acordo Interno de Trabalho que expirou em fevereiro de 2010.

São Paulo, setembro de 2010

**PUCViva** Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 -  
CEP: 05009-000 -  
Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br)  
- **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

**Fotografia:** Luana Lila

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Lúcio Flávio R. de Almeida e Victoria C. Weischtordt

**As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.**

# Docentes continuam na defesa da renovação do Acordo Interno

**Urbano Nojosa**

*Coordenador do Curso de Jornalismo*

Eu acho que é uma sinalização de que a Fundação tem outro projeto para a PUC-SP e dentro desse projeto algumas relações de conquista trabalhista, política e educacional estão sendo reconfiguradas. A pergunta vai ser se temos forças para desarticular isso.

O corte das horas administrativas da APROPUC também faz parte desse projeto da Fundação que é um desmanche das conquistas da universidade. A questão maquiavélica de que o mal se faz de uma vez e o bem aos poucos, tem uma sensação às avessas na PUC-SP. Se olharmos de lá para cá, o que temos: demissão de 400 professores na gestão anterior; a questão da maximização que não voltou; a configuração do novo estatuto com a Fundação São Paulo com mais força que a Reitoria e, agora, o corte das horas administrativas.

**Ana Mercês Bock**

*Professora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde*

Eu acho que a conjuntura da PUC-SP tem nos levado a situações que não são as desejadas e confortáveis que sempre almejamos. Vejo a questão do Acordo Interno dentro dessa conjuntura.

O diálogo entre as partes, em uma instituição, é sempre um aspecto de muita importância para que haja um trabalho de qualidade. E quando a gente fala em qualidade não falamos somente do ponto de vista da competência de quem trabalha, mas também de condições de trabalho. Se estas condições

pioram, pode-se imaginar que a qualidade do trabalho também piora.

A Acordo Interno é um documento que reflete a vontade coletiva de qualificação do trabalho. Quando você não tem o Acordo, você tem uma redução deste pensamento coletivo. Devemos sempre envidar todos os esforços para que o diálogo se mantenha e a gente possa estabelecer conjuntamente as boas condições de trabalho. Na PUC-SP os professores sempre estiveram dispostos a pensar juntos as soluções dos problemas; o Acordo também representa isto.

O Acordo coletivo retrata esse momento de diálogo que une as partes dessa universidade.

**Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira**

*Coordenadora do Curso de Serviço Social*

O Acordo Interno de Trabalho, na PUC-SP, foi sempre negociado em diálogos amplos, precedidos de assembleias, e foi construindo possibilidades únicas de liberdade e responsabilidade acadêmica, em um ambiente comunitário e seguro.

A suspensão desse Acordo parece selar um novo modelo de universidade, na contramão da história coletivamente construída por professores, funcionários, estudantes e gestores. Estamos vivendo momentos difíceis... Novos, numa universidade também nova, outra, diferente, que agora se proclama particular e não mais comunitária... Que compartilha a gestão com a Fundação São Paulo, de forma presencial e não mais à distância.

Não podemos entrar num processo de acostumar-

## ***O corte das horas administrativas é inaceitável***

**Raquel Raichelis**

*Coordenadora do Programa de Pós em Serviço Social*

Eu considero esse corte das horas dos diretores inaceitável, bem como a não renovação do Acordo Interno. Acho que existe um equívoco muito grande da Fundação São Paulo, que talvez se deva a um desconhecimento da história desta universidade e do significado de uma entidade que representa o conjunto dos professores que vai completar 35 anos de fundação. A APROPUC tem sido uma referência política das universidades públicas e privadas brasileiras, consolidando conquistas inéditas e inovadoras que inauguraram direitos inexistentes até então, como a licença paternidade. Além de tantas outras conquistas que, posteriormente, acabaram sendo generalizadas ao conjunto dos trabalhadores.

Além disso, não há ônus para o orçamento da PUC-SP, uma vez que o pagamento dessas horas (no total 40 horas contratuais) é repassado integralmente pela entidade para a universidade. Assim, trata-se de uma questão política e não financeira, que expressa uma posição anti-democrática, avessa



ao diálogo e à interlocução política que sempre caracterizaram as relações da APROPUC com a gestão desta universidade.

Já fui gestora da PUC-SP e como ex-vice-reitora acadêmica entendo que as relações da administração superior da universidade com a entidade representativa de professores e funcionários é uma relação, por vezes, permeada de tensão e conflitos próprios das relações democráticas, mas com negociação sempre foi possível avançarmos para um acordo, evitando a ruptura do diálogo.

Estou confiante que a Fundação São Paulo terá sensibilidade política e abertura para rever essa posição, restabelecendo o clima de confiança, de respeito e de diálogo necessário ao progresso das negociações

se acomodado, preguiçoso. É necessário manter a postura crítica, de resistência, de enfrentamento político e acadêmico, marcando presença nas instâncias colegiadas, gestoras e representativas dos professores. É muito necessário contar a história da PUC-SP aos novos professores que aqui chegam, desavisados de que se está modificando essa história, de maneira unilateral.

É preciso chamar todos para a retomada das negocia-

ções que viabilizem nosso histórico e compartilhado Acordo Interno, e que reconduzam as horas administrativas dos professores que estão à frente da APROPUC! Tirá-las significa acabar com mais uma possibilidade de nos mantermos juntos, articulados e, principalmente, representados junto aos gestores.

Se não temos Acordo, estamos em Desacordo o que é muito ruim para a instituição, para seus gestores e para seus trabalhadores.

## GAUCHE NA VIDA

# Palhaços, costureiros e bufões: Expressões eleitorais do capitalismo subimperialista brasileiro

Antonio Carlos Mazzeo

Palhaços, costureiros, cantores, ex-craques de futebol e outros bufões... É o que vemos na propaganda eleitoral. Pior: alguns sobem nas pesquisas e provavelmente serão eleitos! O problema não está na profissão, até porque, na defesa radical da democracia, devemos garantir a qualquer pessoa, de qualquer profissão e classe social, o direito "sagrado" à participação política.

O problema é a utilização dessas figuras para fins de manipulação, diante das câmeras de TV, com suas pantomimas despolitizadas, folclorizando e banalizando o processo eleitoral.

Os palhaços, no deboche, dizem que "não sabem o que faz um deputado", expressando a desconfiança e a pouca credibilidade do povo em relação aos políticos, um tipo de representação ideológica do senso comum e de consciência possível. Costureiros oportunistas querem a fama ególatra, no estilo do que é incentivado pelo glamour da mídia e do mundo burguês. Cantores e ex-craques usam suas origens populares para angariar votos de proletários e subproletários.

No limite, materializa-se uma forma eleitoral que favorece e vive de um métier que tem por base o mundo estranhado do capital, onde o oportunismo é sua face política perversa e deletéria. A forma societal manipulatória do capitalismo contemporâneo transforma esse estranhamento (*Entfremdung*) e a alienação intrínseca ao capitalismo em show biz. Afinal ninguém melhor do que a burguesia sabe viver e tirar proveito de seu mundo, pois como

acentuou Marx, a burguesia realiza-se no mundo degradado e manipulado da alienação, sua essência de vida.

O grave em tudo isso é o descomunal poder de cooptação do capital. Temos muitos exemplos históricos de como a "aristocracia" facilmente alia-se ao projeto burguês e, no Brasil, vimos como esse setor, aliado ao projeto socialdemocrata-tardio, hegemonizou o Partido dos Trabalhadores. Assistimos aos resultados dessa clássica aliança.

O Brasil, com sua forma específica de objetivação do capitalismo de extração colonial, engendrou formas político-ideológicas histórico-particulares. Vivemos permanentemente sob a hegemonia da autocracia burguesa que sempre oscilou entre o bonapartismo explícito e a legalidade burguesa com hegemonia autocrática. Após a última ditadura militar-bonapartista, o chamado "processo de redemocratização" ficou inconcluso. Mais uma vez, as forças conservadoras recompuseram o bloco de poder e mantiveram o essencial, a forma sócio-econômica de modernização capitalista subalterna e conservadora. Essa recomposição ficou mais fácil com as esquerdas revolucionárias em frangalhos, com seus núcleos fundamentais mortos, banidos e torturados pela ditadura militar. O passo seguinte foi a cooptação pacífica.

A tentativa de reorganização de uma esquerda antagonista, na década de 1980, com a formação do PT foi derrotada, com o progressivo alijamento das esquerdas marxistas de suas direções e com a hegemonia da socialdemocracia-tardia em aliança com a aristocracia operária, liderada por Lula. O PT, uma

vez "depurado" dos socialistas e revolucionários, compôs o bloco burguês reorganizado. De membro da ordem burguesa, passou rapidamente a gestor do capital, constituindo-se na expressão do novo momento do capitalismo, o da transformação de sua burguesia em subimperialista, na senda histórica da modernização subordinada do capitalismo brasileiro. Capitaneando a soldagem do novo bloco burguês e subimperialista, o PT transformou-se no Partido da Ordem, do "tipo" clássico, e Lula em Luís Bonaparte caboclo, ou melhor, *Le plus petit*.

A não ruptura com o passado colonial e escravista e, o fundamental, a não realização de uma revolução democrático-burguesa no Brasil deixaram marcas indelévels em nossa sociabilidade. As ditaduras bonapartistas republicanas, com seus diversos matizes, implementaram uma modernização capitalista "pelo alto", sem e contra o povo! Um tipo deprussianismo-colonial que possibilitou a permanência da autocracia burguesa no Brasil.

Essa estrutura societal, que tem por base o reordenamento, a recomposição e a manutenção da associação subordinada da economia brasileira aos pólos centrais do capital e a consequente hegemonia da autocracia burguesa, engendrou, de um lado, o que se chamou cooptação estrutural como ideologia do favor (Roberto Schwarz) e, de outro, uma lumpen-burguesia (Gunder Frank).

Aprofundar a democracia e rearticular o projeto econômico brasileiro não estará a cargo de uma burguesia cujo projeto "nacional" é historicamente manter a associação subordina-

da ao capitalismo internacional. Tampouco será papel da socialdemocracia-tardia e nem mesmo de setores de "esquerda" rendidos à ilusão de uma etapa democrático-burguesa nacional. Estes capitularam e fazem com gosto o jogo institucional manipulatório da democracia formal burguesa, porque atrelaram seus destinos ao Partido da Ordem, ao PT, transformando-se eles também, em partícipes da manutenção da autocracia burguesa.

A alternativa está nos setores populares, no proletariado do campo e da cidade e em seus aliados. Na necessidade de recomposição das esquerdas antagonistas e da construção de um pólo socialista permanente, um novo projeto político, cultural e econômico, que se transforme em alternativa de poder.

Este é o nosso desafio.

Antonio Carlos Mazzeo é professor da Faculdade de Filosofia e Ciência da UNESP-Marília. Autor de *O vôo de Mínera: a construção da política, do igualitarismo e da democracia no Ocidente antigo*. São Paulo: Boitempo: Oficina Universitária, 2009.

Nesta sessão, apresentaremos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições para os próximos números, mande ver (os artigos devem conter no máximo, 5000 caracteres, com espaço).

## FALA COMUNIDADE

# Nota de esclarecimento sobre as eleições da Associação de Pós Graduandos da PUC-SP

A Associação de Pós-Graduandos da PUC-SP, entidade fundada em 03 de dezembro de 1990, com o objetivo de defender, representar e garantir o direito de pós-graduandos/as desta universidade, embora tenha sido criada sob o princípio do Estado Democrático de Direito, nos últimos dez anos, e mais precisamente neste ano de 2010 se revela, por meio dos atos de sua diretoria, com mandato vencido em maio do corrente ano, práticas que não correspondem com esses princípios, pelo contrário, colidem frontalmente com eles.

Realizaram uma série de atos, com o evidente objetivo de inviabilizar a chapa de oposição - Diversidade em Ação - que se constituiu com base na crítica aos rumos dados à APG e aos desmandos autoritários desse grupo. Por exemplo, tentaram inviabilizar a constituição da chapa, publicizando edital relâmpago, de convocação de eleições, deixado à frente da APG PUC-SP, por apenas um dia! Cujo, prazo se encerrava no mesmo dia (10 de junho de 2010). Apesar de tudo, não conseguiram inviabilizar a inscrição da chapa de oposição (a primeira em dez anos). Não obtendo êxito, aceitaram negociar o adiamento do prazo de inscrição de chapas e de realização das eleições, marcadas para a semana de 16 a 21 de agosto de 2010. Tal foi nossa surpresa, quando o presidente da comissão

eleitoral, Sr. Antônio Carlos Matteis de Arruda Jr. (nomeado pelo presidente, Marcelo da Rocha, com mandato vencido e candidato a reeleição), por uma decisão unilateral, adiou as datas das eleições sem nenhuma consulta prévia, apenas informando por email do adiamento e convocando uma reunião para discutir o caso, na qual não compareceu.

Dentre muitos outros atos autoritários e de desmandos, vale destacar apenas o fato de que o referido presidente da comissão eleitoral determinou que os estudantes do *lato sensu*, que participam das aulas no campus Monte Alegre, votassem somente no campus Cogea, os dois únicos que tiveram urnas disponíveis para votação, após adiamento das eleições pela terceira vez (para 23 a 28 de agosto de 2010). Os estudantes que tiveram seu direito de participar do processo cerceado protestaram e fizeram valer seus direitos (ver os detalhes do processo no blog [www.diversidadeemacao.blogspot.com](http://www.diversidadeemacao.blogspot.com)). O desfecho lógico desse processo caricatural de eleição foi sua suspensão e abortamento.

Contra o poder soberano despótico, o direito de se rebelar (precisamos urgentemente inserir esse dispositivo na Constituição Federal. Não somente o direito como o dever de indivíduos e grupos de se rebelarem quando são oprimidos por poderes despóticos soberanos e afronta o

princípio do Estado de Direito: e são tantos e em tantos lugares). Com esse conjunto de manobras acompanhadas de ameaças e intimidações (algumas formatadas em termos jurídicos) a legitimidade desse processo eleitoral foi totalmente liquidada.

Para solucionar esse impasse, somente com a publicização e radicalização do processo democrático pela via da participação direta, com ampla divulgação e pela convocação, pelos associados, de uma assembleia geral para apurar, discutir e deliberar sobre os atos da gestão ora encerrada, os rumos da APG PUC-SP e do processo eleitoral, realmente democrático, a ser realizado, para constituição de sua nova diretoria.

A APG PUC-SP não pode mais continuar como está. É preciso dar outro rumo à entidade, exigir que sejam feitas as devidas prestações de contas em assembleia geral com ampla divulgação e participação da comunidade acadêmica da pós, como prevê o Estatuto da Entidade (EAPG). Isso, é preciso repetir, só ocorrerá por meio de ampla e irrestrita participação da comunidade acadêmica da pós *latu* (especialização) e *strictu sensu* (Mestrandos e Doutorandos) bem como pelo conjunto da comunidade acadêmica que preza pelos valores e liberdades construídos a duras penas, antes, durante e depois da redemocratização do país.

Contra a prática de atos reprováveis, buscando inviabilizar, desestabilizar, ameaçar e, sobretudo, descharacterizar a legitimidade da oposição, que se constituiu por estudantes descontentes com os rumos que tomou a entidade como uma casta de pessoas encasteladas e distantes dos interesses reais dos pós-graduandos. Contra os que apostam na não publicização de seus atos para se perpetuarem arbitrariamente na direção da entidade, a solução se dará somente com:

a) Convocação de uma Assembleia Geral, para apuração de todos esses atos, prestação de contas, anulação do processo eleitoral (dado o que foi exposto acima) constituição de um conselho diretor a ser indicado pela Assembleia Geral, conforme definido no artigo 45, parágrafo terceiro do Estatuto da APG.

b) Publicização ampla e irrestrita, acompanhamento e participação de pós-graduandos e pós graduandas, bem como da comunidade universitária puquiãna em geral, para garantir que a entidade retome os rumos e a coerência com a história de lutas democráticas da qual a PUC-SP foi e é protagonista e referência nacional.

*Jonas Rodrigues de Moraes*

*Bruno Simões Gonçalves*  
*Pela Chapa Diversidade em*  
*Ação*

*E pelo Movimento Novos Rumos para a APG Encastelada*

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Grito dos excluídos denuncia desigualdade social no país

Com lema "Onde Estão Nossos Direitos? Vamos às Ruas para Construir um Projeto Popular", no dia 7/9, aconteceu em todo o Brasil a 16ª edição do Grito dos Excluídos, que ocupou as ruas das cidades do país para pautar a necessidade da organização popular na luta em defesa e pela conquista dos direitos dos trabalhadores.

Em São Paulo nem a chuva impediu que os militantes fizessem a tradicional caminhada entre a Praça da Sé e o Museu do Ipiranga. O principal objetivo do ato foi denunciar o atual modelo político e econômico, que concentra riqueza e

condena milhões de pessoas à exclusão social.

## POR QUE 7 DE SETEMBRO?

Em 1995 foi escolhido o dia 7 de Setembro para as manifestações do Grito dos Excluídos, sob a ideia de aproveitar o tradicional Dia da Pátria para mostrar que não basta apenas uma independência politicamente formal. Para os organizadores, "relações economicamente solidárias e justiça social são dois requisitos indispensáveis para uma verdadeira independência. Esse é o grito da população", afirmam.



Mesmo sob forte chuva manifestantes protestam na Praça da Sé em São Paulo

DIVULGAÇÃO

## PM reprime MTST em Itapecerica da Serra

Mais uma vez, a Polícia Militar reprimiu um ato pacífico: dessa vez os militantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) foram as vítimas.

No dia 1º de setembro quando o movimento realizava um ato pacífico em Itapecerica da Serra, a PM, sem motivo aparente, impediu a manifestação de prosseguir o seu caminho.

O ato reivindicava que as negociações de ocupação realizada em 2007, neste mesmo município, fossem cumpridas com a garantia de que os terrenos desapropriados pela CDHU, na demanda do movimento, não tivessem

qualquer tipo de envolvimento ou intervenção da prefeitura no processo. Para isso, cerca de quatrocentas e cinquenta pessoas se dirigiram à frente da prefeitura e, mesmo sob repressão policial, não recuaram e prosseguiram em ato.

Em nota o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto afirmou: "O direito de se manifestar, e a liberdade de expressão devem ser respeitados.

E por isso não fugimos de nossa luta, e lá permanecemos até que representantes da prefeitura nos atendam, e a negociação seja garantida".

## Entidades reivindicam direito dos presos ao voto

Sob a alegação de falta de segurança, a Secretaria de Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo (SAP) quer impedir que cerca de 30 mil presos votem nessas eleições. No início do ano o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) reconheceu o direito ao voto dos presos provisórios, que representam cerca de 150 mil eleitores no Brasil.

Diversas entidades estão organizando um manifesto exigindo que a SAP reconheça esse direito. No documento as organizações afirmam que "quando a SAP 'decide' suspender o direito ao voto dos presos provisórios, sob alegação de

falta de segurança, assina atestado de sua incapacidade de gerir o seu próprio sistema prisional, fruto da política de ampliação do encarceramento patrocinado pelo estado de São Paulo".

O Estado de São Paulo possui, de longe, a maior população carcerária do país. Entre 1996 e 2010 houve um aumento de mais de 200% no número total de presos, passando de 52 mil pessoas em 1994, para 167 mil em 2010, segundo dados da própria Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). A APROPUC apóia o manifesto e acredita que os presos devem ter o direito ao voto.

# Militante do MST morre no Pará após ser torturado

A ação de milícias armadas de grandes fazendeiros do agronegócio fez mais uma vítima no país: dessa vez foi José Valmeristo Soares, conhecido como Caribe, militante do MST no Pará. O dono do latifúndio era o ex-deputado do PTB Josué Bengston, que renunciou ao cargo para não ser cassado por envolvimento com a máfia das sanguessugas.

O assassinato ocorreu no dia 3/9, por volta das 9h, quando Caribe e João Batista Galdino de Souza

se dirigiam à cidade de Luzia. Durante o percurso foram abordados por três homens armados que os obrigaram a entrar em um carro. Lá foram torturados e, após os maus-tratos, foram jogados na cidade de Bragança, onde João Batista conseguiu fugir. Caribe morreu no local.

A morte do militante é uma resposta à luta do MST para que a fazenda Cambará, do ex-deputado, seja desapropriada. A fazenda ocupa parte de terras federais, chamada Pau

de Remo, com cerca de 6886 hectares de terras públicas - o fazendeiro possui somente 1800 hectares com títulos. A promotora de justiça Ana Maria Magalhães já fez inúmeras denúncias contra a fazenda, alertando serem terras públicas, e que por isso deveriam ser distribuídas à população.

A APROPUC repudia veemente o ocorrido e reforça sua posição ao lado dos movimentos sociais. No site da entidade é possível conferir a moção de repúdio ao caso.

## Ato pede absolvição de Gegê

No dia 17/9, em frente ao Pátio do Colégio, no centro de São Paulo, às 13h, será realizado um ato com a presença de entidades do movimento social, incluindo a APROPUC, para pedir a absolvição de Gegê, militante político e irmão do cantor Chico César, que vem sofrendo constantes perseguições por sua defesa intransigente dos movimentos populares.

Gegê vem sendo acusado injustamente por sua participação em uma ação do Movimento de Moradia do Centro, em 2002. Hoje as pessoas que defendem a sua liberdade estão organizadas no Comitê pela Liberdade de Gegê.

A APROPUC conchama a todos a marcarem presença no Pátio do Colégio para protestar contra mais esta arbitrariedade.

## Plebiscito Pelo Limite da Terra é prorrogado até o dia 12/9

Por conta da grande procura da população, a data do Plebiscito Pelo Limite da Propriedade da Terra foi adiada até o dia 12/9. Por conta do feriado prolongado de 7 de Setembro, várias escolas e universidades que estão com comitês formados para a vo-

tação vão continuar com o plebiscito popular.

O abaixo-assinado, que circulou junto à votação, continua em todo país até o final deste ano. O objetivo da coleta de assinaturas é entrar com um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso Na-

cional, para que seja inserido um novo inciso no artigo 186, da Constituição Federal, que se refere ao cumprimento da função social da propriedade rural. No site [www.limitedaterra.org](http://www.limitedaterra.org) é possível saber os locais onde ainda é possível votar.

## Após pressão de estudantes, PUCamp muda nome de praça

A PUC de Campinas anunciou que a praça localizada em seu campus, que recebia o nome de Emílio Garrastazu Médici, terceiro "presidente" da ditadura militar brasileira mudará de nome. Médici notabilizou-se durante a fase do "Ame-o ou deixe-o", quando a ditadura usava os triunfos da seleção brasileira

para acobertar crimes e torturas contra militantes de esquerda. A petição para que o nome fosse alterado foi feita pelo Centro Acadêmico XVI de Abril do curso de Direito, que impulsionou junto com diversas entidades um abaixo-assinado eletrônico reivindicando que a praça trocasse de nome para Frei

Tito de Alencar Lima, importante lutador da igreja contra a ditadura militar.

No entanto, a reivindicação foi atendida em parte. A placa foi retirada, mas, em nota, a universidade alegou que a retirada se deu pelo fato de no local atualmente não existir mais uma praça, e sim um estacionamento.

## Revista Crítica Marxista lança nova edição

A revista Crítica Marxista acabou de lançar sua 30ª Edição. A publicação conta com os seguintes artigos *A atualidade da Economia Política Marxista* de Alfredo Saad Filho, *A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação* de Luiz Filgueiras, *A burguesia mundial em questão* de Danilo Martuscel, *Notas introdutórias sobre a publicação das obras de Marx e Engels* de Pedro Leão da Costa e *Filmar; O Capital?*, de Fredric Jameson. A revista também conta com uma série de entrevistas, documentos e resenhas.

Para comprar a revista e acessar números antigos, acesse: [www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/)

# ROLA NA RAMPA

## Entidades lançam jornal preparatório para Audiência Pública

Centros Acadêmicos e APROPUC lançaram o Jornal Unificado - Informativo unificado dos professores e estudantes da PUC-SP para a Audiência Pública com o Reitor, com uma longa reflexão sobre a atual conjuntura da PUC-SP e do Ensino Superior no Brasil. Na capa do jornal, uma matéria debate o atual valor das mensalidades da PUC-SP. O texto reflete sobre como preço das mensali-

dades exclui cerca de 80% da população brasileira o que tira o caráter filantrópico da universidade. "Há uma completa inversão de sentidos entre o que a universidade se diz ser e o que cumpre em sua lógica operatória administrativa", diz o texto. Outro texto também debate a questão das bolsas de estudo institucionais e as bolsas cedidas pelo Governo Federal, como ProUni e FIES. "A fuga da PUC-SP de suas



obrigações enquanto instituição filantrópica passa essencialmente pelo ProUni e FIES. A lógica perversa está no fato da PUC-SP receber isenção fiscal por ser filantrópica e não traduzir esses benefícios em bolsas de estudo. A PUC-SP usa o ProUni e o FIES para não conceder bolsas institucionais", conclui. O jornal está sendo distribuído pelos corretores da universidade.

## Debate revê economia brasileira no período 1953/63

O programa de Estudos Pós-Graduados em Economia e o Departamento de Economia com o Grupo de Estudos Política para Desenvolvimento Humano convidam toda a comunidade para participar do debate *A vulnerabilidade externa decorrente da posição inter-*

*nacional de investimentos e do fluxo de rendas: análise economia brasileira no período de 1953/63*, com Paulo Van Noije. A atividade será realizada no dia 14/9, terça-feira, às 11h, na sala 135, do Prédio Novo, campus Perdizes. Mais informações (11) 3670-8516.

## 22 de Agosto promove debates sobre cinema

O Centro Acadêmico 22 de Agosto e o professor Cassiano Terra Rodrigues convidam para o ciclo de debates *O Cinema, a Filosofia e o Direito*. As atividades consistem em projeção de filmes seguido de debate. Segue a programação: 13/9, *The Wall* (dir. Alan Parker, 1982); 27/9, *Z* (dir. Costa-Gravas, 1968); 4/10, *Queimada!* (dir. Gillo Pontecorvo, 1969); 18/10, *Othello* (dir. Oliver Parker, 1982); 8/11, *Missing* (dir. Costa-Gravas, 1982); 22/11, *O Processo* (dir. Orson Welles). As atividades ocorrem a partir das 19h, na sala 134-c do Prédio Novo, campus Perdizes.

## Ex-Alunos homenageiam estudantes e professores

No dia 26/8, cerca de 250 pessoas, entre ex-alunos e professores participaram do 21º Encontro de Ex-Alunos, realizado no Tucarena, para comemorar o aniversário de 64 anos da PUC-SP. Na ocasião, foram destacadas as turmas que completaram 30, 25, 20, 15, dez e cinco anos de formatura (80, 85, 90, 95, 00 e 05) em 2010. Também foi realizada uma homenagem póstuma à importante professora Leda Maria Pereira Rodrigues. Para maiores informações e fotos do encontro, acesse o site [www.pucsp.nr/exalunos](http://www.pucsp.nr/exalunos).

## Continua Impasse na eleição da Associação de Pós-Graduandos

Conforme noticiado, na última edição do *PUC-viva*, as urnas das eleições da APG ainda não foram abertas. A situação pede a anulação das urnas do campus Monte Alegre e a oposição está convocando uma assembléia geral para pedir novas eleições. A

chapa Diversidade em Ação divulgou uma carta aberta, publicada na seção Fala Comunalidade desta edição do *PUCviva* explicando seu ponto de vista. A questão está sendo mediada pelo Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador.

## Semana de Inclusão e Acessibilidade na PUC-SP

Entre os dias 14 e 23/9 será realizada a Semana de Inclusão e Acessibilidade na PUC-SP, organizada pelas Pró-Reitorias de Cultura e Relações Comunitárias e de Graduação. Será realizada uma sé-

rie de atividades nos campi Perdizes, Barueri, Soroaba, Santana e Consolação. Para conferir a programação completa, acesse a página da semana <http://www4.pucsp.br/semanaacessibilidade/>.

## Seminário discute 20 anos do Código do Consumidor

Em comemoração aos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, será realizada, no dia 13/9, das 9h às 18h, o seminário *20 anos do Código de Defesa do Consumidor: Muito a comemorar, Muito a melhorar*. A organização é da Faculdade de Direito da PUC-SP, Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Fundação

Procon de São Paulo, Brasilcon (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor e Consumers International (CI). O seminário acontece no auditório Paulo de Barros Carvalho, no campus Perdizes. As inscrições podem ser feitas até o dia 10/9. Para informações, acesse: <http://www.idec.org.br/seminario-20anos-cdc/>.